
 <div><b>Município de São Paulo</b> Legislação da Despesa por Órgão</div>	Exercício 2009
Órgão: 01 Autarquia Hospitalar Municipal	


Atribuições

- 1 - Às urgências e emergências, com ou sem internação e
- 2 - A todos os casos que necessitem de Internação Hospitalar para o seu atendimento.
- No que tange ao atendimento às urgências e emergências, são várias as ações que devem ser consideradas:
- 1 - Atuação preventiva. Em todas as áreas: doenças infecto-contagiosas, doenças cárdio-circulatórias, doenças neoplásicas, acidentes de trânsito, acidentes domésticos, etc.. Quanto melhor for a atuação preventiva, menor será o número de casos para atendimento em regime de urgência / emergência.
- 2 - Atuação no atendimento pré hospitalar da urgência / emergência. Todo caso, quando atendido adequadamente no pré hospitalar e com transporte adequado ao ambiente hospitalar tem um prognóstico melhor cm perspectiva de tempo de internação menor.
- 3 - Atendimento hospitalar. Hospitais e Pronto Socorros bem equipados, bem supridos e com recursos humanos bem preparados e em número suficiente são fundamentais para o bom atendimento. É esta a área de atuação das Autarquias Hospitalares, que devem se preparar para a regionalização e hierarquização do atendimento, racionalizando e otimizando desta forma os recursos existentes.
- 4 - Recuperação. Um bom sistema de Recuperação do paciente no período pós internação com leitos de retaguarda e Centros de Reabilitação é muito importante. Um bom sistema de atendimento às urgências e emergências deve culminar com a devolução do paciente à sociedade o mais próximo possível de sua situação pré evento mórbido.
- A agilidade administrativa foi o motivo principal da criação das Autarquias, numa área diferenciada de situações de risco de vida, dor e sofrimento, em que a ação deve ser imediata.
- A Autarquia Hospitalar Municipal é responsável pelo atendimento médico hospitalar a população, através da Adm Indireta em conformidade com a determinação jurídica que estabeleceu a unificação das extintas Autarquias, mantendo as mesmas unidades hospitalares e setor territorial de abrangência.

 <div><b>Município de São Paulo</b> Legislação da Despesa por Órgão</div>	Exercício 2009
Órgão: 02 Hospital do Servidor Público Municipal	


Atribuições

- 1 - Prestar assistência médica, hospitalar, domiciliar, odontológica e farmacêutica aos servidores públicos municipais e seus dependentes referidos no artigo 13 da Lei nº 13.766, de 21 de janeiro de 2004, alterado pela Lei nº 14.661, de 28 de dezembro de 2007, independentemente de contribuição mensal;
- 2 - Propiciar, sempre que possível, meios à pesquisa técnica e científica, desde que não haja prejuízo ao atendimento dos usuários;
- 3 - Servir de campo de aperfeiçoamento para médicos, enfermeiros, dentistas, estudantes de medicina e de enfermagem, bem como para outros profissionais ligados às atividades técnico-administrativas de saúde, em número limitado, desde que não cause prejuízo ao atendimento do usuário e não acarrete elevado ônus de manutenção e equipamento;
- 4 - Contribuir para a educação sanitária de seus usuários;
- 5 - Manter entendimentos com outros órgãos mediante convênios;
- 6 - Prestar atendimento de emergência à população em geral mediante convênio com o Sistema Único de Saúde - SUS.

 <div><b>Município de São Paulo</b> Legislação da Despesa por Órgão</div>	Exercício 2009
Órgão: 03 Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	


Atribuições

1. Prover benefícios previdenciários aos seus segurados nos termos da legislação vigente;
2. Administrar o sistema de previdência de seus segurados;
- 3 -Administrar carteira imobiliária de empréstimos a seus segurados e pensionistas concedidos anteriormente à Orientação Normativa n.º 01/99 do IPREM: "Fica vedada a concessão de assistência financeira, na forma de financiamentos imobiliários e empréstimos, previstos no artigo 31, da Lei n.º 9157/80".

 <div><b>Município de São Paulo</b> Legislação da Despesa por Órgão</div>	Exercício 2009
Órgão: 04 Serviço Funerário do Município de São Paulo	


Atribuições

- 1 - Administrar, manter e conservar os cemitérios municipais;
- 2 - Conceder sepulturas para inumação, em qualquer das suas modalidades, bem como ossários e relíquias;
- 3 - Autorizar exumações e reinumações;
- 4 - Administrar fornos crematórios e proceder à cremações de restos mortais;
- 5 - Apurar e processar os casos de abandono ou ruína de sepultura, até final declaração de extinção da concessão;
- 6 - Autorizar e fiscalizar construções funerárias;
- 7 - Proceder à escrituração dos cemitérios, em livros próprios;
- 8 - Prover o cemitério de todo o material necessário ao desenvolvimento de seus serviços e obras;
- 9 - Autorizar e fiscalizar serviços executados, por empreiteiros credenciados;
- 10 - Autorizar e fiscalizar cemitérios particulares;
- 11 - Autorizar e fiscalizar os velórios particulares;
- 12 - Arrecadar taxas e emolumentos, fixados pela Administração Municipal, bem assim as tarifas devidas pelos serviços executados pela Autarquia;
- 13 - Fabricar e fornecer caixões mortuários;
- 14 - Remover os mortos, salvo nos casos em que o transporte deva ser feito pela Polícia;
- 15 - Ornamentar as câmaras mortuárias e transportar coroas nos cortejos fúnebres;
- 16 - Transportar os mortos por estrada de rodagem do município para outra localidade; e.
- 17 - Receber e decidir pedidos e reclamações.

 <div><b>Município de São Paulo</b> Legislação da Despesa por Órgão</div>	Exercício 2009
Órgão: 09 Camara Municipal	

Atribuições

- 1- Eleger sua Mesa, bem como destitui-la, na forma regimental;
- 2 - Elaborar o seu Regimento Interno;
- 3 - Dispor sobre sua organização, funcionamento, policia, criação, transformação ou extinção dos cargos, emprego de funções de seus serviços e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração observando os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;
- 4 - Dar posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito, conhecer de sua renúncia e afastá-los definitivamente do exercício do cargo;
- 5 - Conceder licença, para afastamento, ao Prefeito, ao Vice Prefeito e aos Vereadores;
- 6 - Fixar, para vigir na legislatura subsequente, a remuneração dos Vereadores, bem como a do Prefeito e do Vice-Prefeito;
- 7 - Autorizar o Prefeito a ausentar-se do Município por mais de 15 dias consecutivos;
- 8 - Criar Comissões Parlamentares de Inquérito;
- 9 - Convocar os Secretários Municipais ou responsáveis pela administração direta e indireta para prestar informações sobre matéria de sua competência;
- 10 - Autorizar a convocação de referendo e plebiscito;
- 11 - Decidir sobre a perda do mandato do Vereador;
- 12 - Tomar e julgar as contas do Prefeito, da Mesa da Câmara Municipal e do Tribunal de Contas do Município;
- 13 - Zelar pela preservação de sua competência legislativa;
- 14 - Julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores nos casos previstos em lei;
- 15 - Fiscalizar e controlar diretamente os atos do Poder Executivo, incluindo os da administração indireta;
- 16 - Escolher 3 (três) dos membros do Tribunal de Contas do Município, após arguição em Sessão Pública;
- 17 - Aprovar previamente, após arguição em Sessão Pública, a escolha dos titulares dos cargos de Conselheiros do Tribunal de Contas, indicados pelo Prefeito;
- 18 - Exercer a fiscalização financeira, orçamentária operacional e patrimonial do Município, auxiliada, quando solicitado pelo Tribunal de Contas do Município;
- 19 - Conceder título de cidadão honorário, a pessoa que reconhecidamente tenha prestado serviço ao Município;
- 20 - Proceder a tomada de contas do Prefeito por meio de Comissão Especial quando não apresentadas à Câmara no prazo e forma estabelecidas em lei;
- 21 - Criar, organizar e disciplinar o funcionamento dos Conselhos e Comissões da Câmara Municipal;
- 22 - Votar moção de censura pública aos Secretários Municipais e aos Subprefeitos em relação ao desempenho de suas funções.

 <div><b>Município de São Paulo</b> Legislação da Despesa por Órgão</div>	Exercício 2009
Órgão: 10 Tribunal de Contas	

Atribuições

- 1 - Auxiliar o poder legislativo no controle externo, no que tange a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades da administração direta e indireta, quanto a legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas e apreciar as contas prestadas anualmente pelo Prefeito, mesa da Câmara Municipal e pelo próprio Tribunal, emitindo parecer prévio.
- 2 - Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos das administrações direta e indireta, incluídas as Fundações e Sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou qualquer outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário.
- 3 - Apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na Administração Direta e Indireta, incluídas as Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a de concessões de aposentadorias e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.
- 4 - Realizar, por iniciativa própria, da Câmara Municipal, comissão técnica ou inquérito, por cidadãos que subscreverem requerimento de pelo menos 1% (um por cento) do eleitorado do Município, de inspeções e auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos poderes legislativo e executivo, bem como das demais entidades da Administração Direta e Indireta, incluídas as Fundações e Sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal.
- 5 - Fiscalizar as contas das empresas cujo capital social o Município participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.
- 6 - Fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos recebidos da União, do Estado ou qualquer outra entidade, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres.
- 7 - Prestar informações solicitadas pela Egrégia Câmara Municipal, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, e sobre resultados de auditoria e inspeções realizadas.
- 8 - Aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, das sanções previstas em lei.
- 9 - A fixação de prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada a ilegalidade.
- 10 - Sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão a Egrégia Câmara Municipal.
- 11 - Representar ao poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.
- 12 - Fiscalizar o cumprimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, os limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar, as medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ultrapassou 90% dos limites estabelecidos, as providências para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos seus limites, a destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos e do limite de gastos totais do legislativo municipal.
- 13 - Alertar Poderes e órgãos quando constatar a possibilidade de ocorrência de realização de receita que não comporte o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, que o montante da despesa total com pessoal ultrapassou 90% do limite, que os montantes das dívidas consolidada e mobiliária, das operações de crédito e da concessão de garantia se encontram acima de 90% dos respectivos limites, que os gastos com inativos e pensionistas se encontram acima do limite legal e fatos que comprometam custos ou resultados dos programas ou indícios de irregularidades na gestão orçamentária.
- 14 - Verificar os cálculos dos limites da despesa total com pessoal de cada Poder e órgão.